

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Niterói segue ritmo acelerado graças ao dinheiro do petróleo.....	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	4
Título: Mariana, qual o tamanho do desastre?	4
Título: Abreu e Lima rende R\$ 90 mi a aliados	5
VEÍCULO: Valor Econômico.....	7
Título: Sem dinheiro, Aneel corta até inspeção de barragem	7
Título: Engie e Camargo Corrêa duelam por R\$ 570 milhões	8
Título: Leilão de linhas de transmissão deve ser competitivo	11
Título: Desemprego e greve minam Cubatão	13
Título: Usiminas voltou a gerar lucro após dois anos e meio	15
Título: SBM ainda aguarda homologação do acordo de leniência.....	16
Título: Amec critica AGO da Vale, que não elegeu minoritário	18

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Devolução de Energia pode render até R\$ 600 Milhões**

O governo federal deve arrecadar de R\$ 300 milhões a R\$ 600 milhões com o leilão de desconstrução da energia de reserva, nos cálculos da consultoria Thymos.

O Ministério de Minas e Energia publicou na quinta (20) as normas e o prazo para que o certame aconteça -até o dia 31 de agosto.

No passado, o sistema elétrico contratou uma quantidade reserva de energia para eventuais necessidades. Os valores são rateados por todos os consumidores. O uso de luz caiu, no entanto.

Ao mesmo tempo, parte dos projetos que venderam energia não ficarão prontos a tempo. Como não serão entregues, seus investidores ficam sujeitos a multa.

No leilão de desconstrução, os empreendimentos aceitam pagar para não entregar o total que haviam se comprometido a fornecer.

Pelos cálculos da Thymos, devem ser "limpos" cerca de 1.500 MW de fontes solar e eólica que só existem no papel.

Ao dar lances, os geradores fazem uma conta que leva em consideração quanto pagarão de multa, que é uma porcentagem do investimento no projeto.

"Um número de ponto de equilíbrio no leilão será algo em torno de R\$ 57 por MWh [a não entregar]. O investidor vai aceitar pagar qualquer valor abaixo disso", diz Thais Brandini, da consultoria.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Niterói segue ritmo acelerado graças ao dinheiro do petróleo**

Localizado em frente ao maior campo brasileiro de petróleo, o município de Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro, tem sobrevivido à crise que assola o Estado. Com a receita em alta, a prefeitura mantém um ritmo acelerado de inaugurações e vem assumindo atribuições do governo estadual.

Para adversários, o prefeito reeleito Rodrigo Neves (PV) mira projetos de grande visibilidade, de olho na disputa para governador em 2018.

A cidade é beneficiada com 43% dos royalties da exploração do petróleo e participações especiais pagas pelo campo de Lula, o maior do país, que começou a operar em 2010 e hoje produz 690 mil barris por dia -ou 25% da produção nacional.

Ao contrário da maior parte dos municípios petroleiros, que sofrem com a queda nos preços internacionais, Niterói viu sua arrecadação com a rubrica crescer 230% desde 2011. Em 2016, foram R\$ 294,8 milhões, o equivalente a 13% da receita daquele ano.

Desde a reeleição, o prefeito vem realizando uma série de inaugurações no município, incluindo uma garagem subterrânea e um grande bicicletário com espaços para abastecer bicicletas elétricas próximo à estação de barcas que liga a cidade ao Rio.

No dia 6, promete inaugurar uma grande obra viária, que inclui um corredor de ônibus e um túnel cruzando parte da cidade, projeto que manteve o ritmo mesmo após o início da crise. Além das obras, a prefeitura vem assumindo serviços prejudicados pela crise no governo estadual, como segurança, restaurante popular e biblioteca.

Na quinta (20), anunciou que fará a manutenção de 120 viaturas da Polícia Militar. Em fevereiro, pagou uma bonificação de R\$ 3.500 a policiais e agentes penitenciários que atuam na cidade.

Neves minimiza a importância dos royalties, dizendo que também cresceram as arrecadações de ISS e de IPTU.

"Os royalties não cresceram tanto como esperávamos", afirma, preferindo destacar medidas de gestão financeira, como um programa de refinanciamento de dívidas e cortes de gastos.

Em 2016, porém, a arrecadação com petróleo superou a receita com ISS. E quase bateu a maior receita tributária do município no ano, o IPTU, que rendeu R\$ 308,7 milhões.

Niterói é conhecida por seu alto IPTU: segundo a consultoria Equus, tinha em 2015 (últimos dados disponíveis) a maior arrecadação per capita do Rio e a 27ª do Brasil. (...)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Antonio Penteado Mendonça****Título: Mariana, qual o tamanho do desastre?**

Perdas devem atingir algo próximo de R\$ 26 bilhões, dos quais cerca de R\$ 2,5 bilhões deverão ser assumidos pelo setor de seguros, a maior parte por seguradoras estrangeiras

A ruptura da Barragem do Fundão, nas instalações da Samarco, em Mariana, Minas Geras, é o maior acidente ambiental do Brasil e um dos grandes do mundo. Não é comparável a Chernobil, mas não fica longe de outras catástrofes causadas pelo homem, como o naufrágio do navio Exxon-Valdez, no Alasca, ou o afundamento da plataforma de petróleo da BP, no Golfo do México.

De acordo com os dados até agora disponíveis, a resseguradora Terra Brasis, num trabalho muito bem feito, fez uma análise criteriosa do acidente para concluir que as perdas devem atingir algo próximo de R\$ 26 bilhões, dos quais mais ou menos R\$ 2,5 bilhões deverão ser assumidos pelo setor de seguros, a maior parte suportada pelas resseguradoras internacionais, ficando o mercado brasileiro com mais ou menos R\$ 300 milhões.

São números diferentes dos apresentados pelas autoridades encarregadas de apurar os fatos, que chegam a falar em mais de R\$ 100 bilhões, mas são cálculos feitos em bases reais, levando em conta os custos diretos e indiretos de reparação, reconstituição e reposição dos bens, vidas e áreas degradadas até agora apurados.

Apesar de bem menor do que a ordem de grandeza informada por algumas autoridades, é número para ninguém colocar defeito, o que cria um certo mal-estar, quando lembramos que o País tem milhares de barragens regulares e clandestinas e que mais de 20 delas podem causar danos tão ou mais severos quanto os de Mariana e não se sabe exatamente as reais condições de operação e segurança da maioria delas.

Quais os danos que a ruptura de uma grande barragem de reservatório de hidrelétrica pode causar? Quantas cidades serão severamente atingidas? Quantas propriedades serão completamente destruídas? Quantas pessoas morrerão? Quais as perdas dos proprietários de lavouras e fazendas no caminho da inundação? Qual o custo da interrupção do fornecimento de energia elétrica? Quantas empresas podem sofrer danos pesados por conta disso?

São perguntas cabíveis e que se tornam mais importantes quando verificamos que o seguro de responsabilidade civil da Samarco é absolutamente insuficiente para fazer frente a parte mínima dos prejuízos. Os números acima dizem respeito às perdas totais, da mesma forma que o valor a ser assumido pelo seguro. Acontece que este valor contempla muito mais os danos sofridos pela própria Samarco do que os danos causados a pessoas, patrimônios e meio ambiente.

No afundamento da plataforma da BP, no Golfo do México, também praticamente não se falou no seguro de responsabilidade civil da empresa. Em compensação, a perda de valor da BP foi das mais importantes entre as já ocorridas nas bolsas de valores do mundo. Os pagamentos realizados para minimizar os prejuízos e a título de compensações e multas foram da ordem das dezenas de bilhões de dólares. Ainda é cedo para se determinar o prejuízo total de Mariana.

Além das perdas diretas da empresa, os outros custos envolvidos são muito altos e vão da reconstrução das propriedades destruídas e realocação dos moradores, até a revitalização do Rio Doce e outros sistemas ecológicos atingidos, inclusive no Oceano Atlântico. Para minimizar perdas desta natureza, seriam necessários seguros de vida e acidentes pessoais, para o próprio patrimônio, projetos de ampliação, construção, responsabilidade civil para erros de projeto e de construção, responsabilidade civil geral, responsabilidade civil dos administradores, danos ao meio ambiente e lucros cessantes. Competição. Mas os danos reais vão além desta proteção.

A Samarco corre o risco de perder mercado, sendo substituída por mineradoras, num cenário competitivo como é o mercado internacional de minério. Além disso, os lucros cessantes indiretos podem custar uma fortuna. Não parece ser o caso da Samarco, em função da existência de minério de ferro à vontade. Mas e se a interrupção do fornecimento de um determinado produto parasse a produção de outras empresas? Qual o prejuízo resultante e quem responderia por ele?

Antonio Penteado Mendonça É Sócio Da Penteado Mendonça e Char Advocacia e Secretário Geral Da Academia Paulista De Letras

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Anne Warth

Título: Abreu e Lima rende R\$ 90 mi a aliados

As obras realizadas na Refinaria Abreu e Lima (PE) renderam R\$ 90 milhões em propinas a ex-executivos da Petrobrás ligados ao PP, PT e PSB. As informações

constam da delação do ex-executivo da Odebrecht Márcio Faria da Silva à Procuradoria-Geral da República (PGR). O empreendimento, que não está concluído, foi realizado pela Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão. Os dois contratos da refinaria assinados em 2009 somaram R\$ 4,6 bilhões. O empresário Aldo Guedes, ligado ao governador Eduardo Campos (morto em 2014 e do PSB), teria recebido R\$ 15 milhões; Paulo Roberto Costa, ligado ao PP, R\$ 15 milhões; José Janene (ex-deputado do PP, morto em 2010), R\$ 15 milhões; Pedro Barusco, ex-gerente da Petrobrás ligado ao PT, R\$ 30 milhões, e Glauco Lagatti, ex-gerente da refinaria, R\$ 15 milhões.

De acordo com Faria da Silva, em um encontro realizado em São Paulo, Guedes disse ser “o único representante do governador Eduardo Campos” e, em nome dele, pediu uma contribuição de 2% do valor global dos dois contratos, correspondente a R\$ 90 milhões. Faria da Silva, para “manter uma boa relação”, aceitou pagar R\$ 15 milhões – metade seria paga pela Odebrecht, metade pela OAS. “É o que nós temos”, disse. Embora insatisfeito, o empresário aceitou o valor menor do que o solicitado. “Ele (Aldo Guedes) disse que o governo de Pernambuco iria dar apoio incondicional a nós na condução do contrato, com ênfase muito forte nas relações sindicais, uma vez que iríamos ter 50 mil pessoas de todas as contratistas lá na obra”, afirmou o delator. Um segundo beneficiário, o ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa, pediu 1% do valor da obra, o que chegaria a R\$ 45 milhões.

A Odebrecht disse que o consórcio pagaria, no máximo, R\$ 30 milhões ao PP, partido ao qual o ex-executivo era ligado. O ex-diretor, no entanto, combinou com Faria da Silva que a Odebrecht pagaria, no máximo, R\$ 15 milhões a Janene, que seria o terceiro beneficiário do total de R\$ 90 milhões em propinas. Os outros R\$ 15 milhões ficariam com o próprio Costa, mas sem Janene saber. “Primeiro vieram falar em 1%, R\$ 45 milhões, totalmente fora de propósito. Eu falei que não ia ser isso, não 1%, mas sim um valor fixo, de R\$ 30 milhões. E dos R\$ 30 milhões, eu iria dizer que seriam só R\$ 15 milhões, porque o Paulo também queria R\$ 15 milhões para ele”, afirmou o delator.

A Odebrecht, segundo Faria da Silva, ficou responsável por pagar Costa e, a OAS, a Janene. Outros R\$ 30 milhões foram pagos a Barusco, subordinado ao ex-diretor Renato Duque, uma indicação política do PT. “Não sei quem pagou quem (Odebrecht ou OAS), mas com certeza foi dividido.” Gerente das obras na refinaria, Glauco Legatti recebeu R\$ 15 milhões. “Glauco era talvez a figura mais importante dentro do projeto. Prometeu ajuda, rapidez, celeridade nas aprovações dos nossos direitos, o que infelizmente não ocorreu”, relatou Faria da Silva. Com custo inicial de R\$ 7,5 bilhões, as obras da refinaria já consumiram R\$ 58,6 bilhões. Procuradas, as defesas de Aldo Guedes e dos três partidos citados não foram localizadas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Brasil**Autor:** Daniel Rittner**Título:** Sem dinheiro, Aneel corta até inspeção de barragem

Em contraste com o provável sucesso hoje do leilão de linhas de transmissão, que teve aporte de garantias financeiras de empresas interessadas nos 35 lotes oferecidos ao mercado, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) entrou em estado de alerta. A autarquia foi surpreendida pelo contingenciamento de 45% na lei orçamentária de 2017 e precisar enfrentar uma situação de penúria nos próximos meses.

Para se adaptar ao corte, a Aneel fará um ajuste radical nos planos. O programa de segurança de 936 barragens de usinas hidrelétricas deve ser um dos mais comprometidos, com a suspensão de inspeções in loco, mesmo após o desastre de Mariana (MG). Metade das estruturas foi classificada como de alto dano potencial em caso de rompimento. Diante da escassez de recursos para bancar o deslocamento de servidores, fiscalizações sobre o andamento de obras de usinas e linhas de transmissão serão feitas só com base em relatórios fotográficos das empresas.

Os consumidores também poderão sentir, direta ou indiretamente, o efeito da contenção de gastos. O serviço de call center para atendimento de reclamações, que funciona todos os dias (exceto aos domingos) de 6h20 à meia-noite, passará a atender somente durante metade do expediente comercial. A compra e atualização de softwares que ajudam a área técnica no cálculo dos reajustes anuais de 101 concessionárias de distribuição e transmissão também está sendo congelada.

"O ambiente regulatório se fragiliza", resume o diretor da agência Tiago Correia. Ele lembra que a redução de R\$ 68 milhões, se desestrutura os trabalhos da Aneel com uma redução de 45% no orçamento do ano (excluindo despesas fixas com pessoal), é insignificante no bolo do contingenciamento imposto pela equipe econômica à Esplanada dos Ministérios - 0,16% da cifra total.

Em meados do ano passado, no início do governo Michel Temer, o ministro Eliseu Padilha (Casa Civil) havia prometido aos presidentes de órgãos reguladores transformá-los em unidades orçamentárias independentes - que não ficam sujeitos aos cortes definidos pelo ministério setorial. A proposta foi incorporada ao projeto de modernização das agências, que já passou no Senado, mas tem andado de lado na Câmara dos Deputados. Na prática, ainda não gerou resultados.

"Em uma última instância, se não houver autonomia financeira, não temos autonomia decisória e há risco de captura política", afirma Correia. "É a consequência de ficar com o pires na mão. Se eu fosse investidor, botaria um prêmio maior de risco regulatório", ressalta o diretor da Aneel, observando que esse é um movimento contrário à melhoria nas regras dos últimos leilões de energia.

Ao contrário da maioria das demais agências reguladoras, a Aneel tem fonte de financiamento própria. A taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica é paga por todos os consumidores do país, representa 0,4% das contas de luz e arrecada em torno de R\$ 500 milhões por ano. O dinheiro tem sido sistematicamente retido pelo Tesouro Nacional para reforçar o superávit primário ou, mais recentemente, diminuir o rombo nas contas públicas. Desde 1998, quando a Aneel foi criada, cerca de R\$ 3 bilhões dos recursos cobrados nas tarifas tiveram essa destinação.

Para o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, Nivalde de Castro, faltou à equipe econômica uma visão mais estratégica para lidar com o tema. "O setor elétrico foi o único capaz de apresentar um plano de investimentos pronto para ajudar na recuperação da economia. Isso demonstra uma certa miopia do Ministério da Fazenda. Seria melhor optar por cortes mais seletivos, e não cortes lineares, sem levar em consideração as consequências em diferentes áreas do governo."

Na visão da Ordem dos Advogados do Brasil, mais do que miopia, pode ser pura ilegalidade. O presidente da comissão de assuntos regulatórios da OAB-DF, Glauco Alves e Santos, assina parecer recente sustentando que o "confisco" das taxas de fiscalização das agências constitui desvio de finalidade e é inconstitucional.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Engie e Camargo Corrêa duelam por R\$ 570 milhões

O consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), dono da concessão da hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira (RO), planeja entrar nos próximos dias com recurso no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), solicitando a retomada de liminar suspensa na última semana e que protegia o consórcio de um pagamento de cerca de R\$ 570 milhões exigido pela Camargo Corrêa, principal construtora da usina, por custos relativos à obra.

Com a queda da liminar, o processo voltou a andar na primeira instância. Com isso, está marcada para esta segunda-feira uma audiência de conciliação entre as duas partes, no Rio de Janeiro.

A disputa entre o consórcio, formado por gigantes do setor - a franco-belga Engie, a japonesa Mitsui e as subsidiárias da Eletrobras, Eletrosul e Chesf -, e a empreiteira teve início em dezembro de 2014, quando as partes ingressaram em uma câmara de arbitragem. Na prática, a Camargo Corrêa pediu o pagamento por serviços realizados e não remunerados na obra. Por outro lado, a ESBR pediu ressarcimento por gastos que teve que arcar após a saída da construtora do projeto.

Construtora pede valor por serviços realizados em Jirau e consórcio quer ressarcimento por gasto para concluir obra

"A Camargo nunca terminou aquela obra. Eles, em maio, junho de 2013, disseram que iriam abandonar a obra. E a palavra 'abandonar' consta da carta [enviada à ESBR], não é figurativo", disse o presidente da ESBR, Victor Paranhos.

O diretor jurídico da construtora Camargo Córrea, Leonardo Galvão, negou que a empresa tenha abandonado a obra. "A questão do abandono foi objeto na arbitragem e foi totalmente rejeitado pelos árbitros", afirmou. A construtora diz que a ESBR deixou de realizar os pagamentos em setembro de 2014 e a companhia deixou a obra entre o fim daquele ano e meados de 2015.

No início deste ano, a arbitragem deu ganho de causa à Camargo Corrêa. A ESBR, porém, alegou que a arbitragem não autorizou a confecção de provas pelo consórcio, por meio da análise de engenharia de peritos, e que acolheu ao pleito da construtora justamente por falta de evidências da ESBR.

O consórcio entrou, então, com ação na Justiça do Rio, pedindo a nulidade da decisão da arbitragem. E a empresa obteve, em seguida, decisão liminar favorável. Na última semana, no entanto, o desembargador Cláudio Dell'orto, do TJRJ, suspendeu a liminar, revalidando a decisão da câmara de arbitragem.

"No fim do dia, os árbitros deram tudo o que a Camargo pediu", afirmou Paranhos. "Temos um bom direito de questionar essa decisão arbitral. Os árbitros não nos deram direito de apresentar provas, não nos deram direito de cobrar informações da Camargo".

Galvão, porém, disse que estava previsto em contrato que qualquer disputa relacionada ao serviço seria discutida em uma câmara de arbitragem. "Sobre essa questão de indeferimento de prova, existe uma jurisprudência que é utilizada como referência em todos os julgamentos sobre isso, do Superior Tribunal de Justiça [STJ], que fala que indeferimento de prova pericial não é causa de

nulidade. Está na alçada da decisão dos árbitros. Não cabe ao judiciário rever a decisão".

Além de entrar com a ação na Justiça, a ESBR contratou um seguro-garantia, para fazer o pagamento à construtora, caso perca de fato o processo. Paranhos, no entanto, alerta para o risco de fazer o pagamento neste momento, devido à decisão arbitral, e, caso obtenha decisão favorável pela Justiça no futuro, não consiga reaver a quantia, devido à situação financeira da Camargo Corrêa, que possui pendências relativas à operação Lava-Jato.

"Conseguimos uma liminar [na época] e apresentamos garantias ao juízo. A Camargo não corre nenhum risco de não receber, caso o direito seja reconhecido", disse Paranhos, lembrando que o valor assegurado corresponde ao pedido pela Camargo e um adicional de 30%, o que totaliza os cerca de R\$ 570 milhões.

Outra preocupação da ESBR é que uma decisão favorável ao pagamento neste momento pode ferir cláusulas financeiras (covenants) do financiamento firmado pelo consórcio com o BNDES para a obra, acelerando o vencimento dessa dívida, que é de longo prazo.

Com relação ao pagamento, Galvão disse acreditar que o risco é inverso. "Quem está sem o dinheiro é a Camargo. Quantos anos vamos esperar para receber? Na visão da construtora, esse seguro não serve para garantir o direito de crédito que a Camargo tem", disse.

O executivo alegou, que a Camargo Corrêa já tentou, no passado, chegar a um acordo com a geradora. "Sempre estivemos abertos e continuamos abertos [a um acordo]. Mas a ESBR nos obriga infelizmente a prosseguir na discussão [judicial]", completou.

Terceira maior hidrelétrica em operação no país - atrás de Itaipu e Tucuruí - Jirau, de 3.750 megawatts (MW), teve investimentos da ordem de R\$ 19,6 bilhões. Nasceu da associação entre Engie (na época GdF/Suez), a Camargo Corrêa (minoritária) e Eletrobras.

A primeira turbina da usina entrou em operação comercial em setembro de 2013. A 50ª, e última, começou a funcionar no fim do ano passado. Em outubro de 2016, Jirau foi a usina brasileira com o maior índice de disponibilidade (99,12%), segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia****Título: Leilão de linhas de transmissão deve ser competitivo**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realiza hoje o primeiro leilão de transmissão deste ano, que vai oferecer 35 lotes que contemplam 7.400 km em linhas de transmissão, e pretende contratar R\$ 13,2 bilhões em investimentos. Será na B3 (ex-BM&FBovespa). As apostas no mercado são de que o certame vai repetir o sucesso alcançado na disputa realizada em outubro do ano passado, que contratou R\$ 11,6 bilhões em investimentos, 92% do total oferecido.

Segundo fonte do governo, a expectativa é que o leilão seja bem-sucedido, inclusive com um desempenho melhor do que o de outubro, quando foram negociados 21 dos 24 lotes ofertados. "Estamos muito confiantes de que o leilão será sucesso. Todos os lotes vão ter concorrentes, alguns vão ter muitos concorrentes". Segundo a fonte, em 34 dos 35 lotes a serem oferecidos, há pelos menos três habilitados para a disputa.

Além de começar mais cedo, às 8h30, a disputa de hoje traz a novidade da repescagem. Os lotes que não tiverem interessados na primeira rodada poderão ser arrematados em uma segunda oportunidade, caso os investidores habilitados tenha interesse. Isso dará oportunidade a empresas que tenham perdido os lotes que eram seus alvos iniciais para disputarem os lotes que não receberam lances em um primeiro momento.

O último leilão foi marcado pela estreia da Equatorial Energia no setor, que arrematou sete lotes envolvendo R\$ 4 bilhões em investimentos. Desta vez, a aposta é na Engie Brasil Energia (antiga Tractebel Energia). Em entrevista recente ao Valor, Eduardo Sattamini, presidente da elétrica, disse que prevê investir R\$ 2,5 bilhões no certame.

Outras empresas que devem voltar a participar são Cteep, Taesa e Alupar. A última concluiu no início do mês uma captação de R\$ 830 milhões em uma oferta subsequente de ações, recursos que devem ser destinados ao leilão.

Em relatório a clientes, o Credit Suisse apontou ainda a possibilidade de participação da Brookfield, Pátria e Perfin, além da estreia da espanhola Ferrovia.

Um sinal de que o governo espera um bom resultado é a força-tarefa que está montada para ir à B3. Estão previstas a participação dos ministros Moreira Franco (Secretaria-Geral da presidência) e Fernando Coelho Filho (Minas e Energia), além

dos secretários Fábio Alves (Energia Elétrica) e Eduardo Azevedo (Planejamento e Desenvolvimento Energético).

Depois do sucesso do leilão de outubro, o de hoje deve ter uma competição maior, pois muitos investidores não tradicionais do setor de transmissão estão voltando as atenções para a disputa. Ainda assim, há espaço para "retornos sólidos", escreveram os analistas Vinicius Canheu e Arlindo Carvalho, do Credit, lembrando que há muitos novos investidores interessados no setor, enquanto a maior parte dos vencedores da disputa passada deve voltar a participar.

Para Eduardo Borges, sócio especialista em energia da Cypress, consultoria de fusões e aquisições, captações e operações estruturadas, a taxa de retorno média desse ser inferior nesse leilão em relação ao último, exatamente por causa da maior competição. "Muitos players tradicionais e não tradicionais estão olhando para esse leilão. Isso vai fazer com que as taxas sejam menores em função da competição", afirmou.

Já o professor Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, ressalta que o custo médio de capital próprio (Wacc) subiu em relação a disputa anterior. Por isso, há margem para que os investidores suportem um custo mais alto de financiamento do BNDES ou de outras fontes.

Os 35 lotes estão divididos em 20 estados, o que também ajuda a reforçar a perspectiva de interesse de muitos investidores diferentes na disputa. As taxas de retorno continuam atrativas, com uma relação entre o investimento necessário e a receita anual permitida (RAP) de cerca de 20% nos empreendimentos. Isso significa que os investimentos serão remunerados em cinco anos de operação, o dobro do prazo de projetos de transmissão licitados há alguns anos.

Segundo Marco Afonso, diretor da consultoria da canadense CGI, o leilão deverá ser bastante procurado. "O setor de transmissão tem sofrido ajustes e passou a ser interessante. É um dos gargalos de infraestrutura no Brasil", disse. "Não existe restrição de capital e há rentabilidade no médio e longo prazo", completou.

O presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), Mario Miranda, também numa disputa acirrada. "A mobilização que estamos acompanhando é mais intensa do que a do último leilão. Isso mostra que o modelo [aperfeiçoamento feito pela Aneel] foi absorvido pelo mercado".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Fernanda Pires****Título: Desemprego e greve minam Cubatão**

Júlio César Jesus dos Santos tenta ganhar a vida como ambulante vendendo água em frente à Prefeitura de Cubatão, na Baixada Santista. Há um mês essa é a rotina dele, que quase sempre trabalhou para empresas prestadoras de serviços para indústrias do polo de Cubatão. De R\$ 1.500 que tirava por mês entre fixo e extras em contratos por tempo determinado, Júlio César - que de patrício não tem nada - sobrevive agora com R\$ 800. Suas garrafinhas de água saciam a sede dos servidores em greve que protestam contra o que chamam de pacote de maldades do prefeito Ademário Oliveira (PSDB), mas não aliviam a indignação dos funcionários públicos.

Júlio César e os grevistas são as duas pontas de uma mesma história. Refletem como o fechamento de postos em Cubatão - primeira cidade do país a se industrializar e símbolo da transformação do Brasil rural em urbano na década de 50 - produziu milhares de desempregados e levou à necessidade de um ajuste que a Prefeitura tenta aprovar sob o argumento de queda na arrecadação.

O fechamento da área primária da Usiminas foi só o emblema desse processo - e certamente um dos mais traumáticos da região desde a privatização da Cosipa, em 1993. Em 2015, em razão da crise do mercado siderúrgico, a Usiminas decidiu encerrar a produção de aço bruto na unidade, desativação que começou no fim do ano e se completou no primeiro trimestre de 2016, quando foram demitidos 2,5 mil empregados.

O impacto foi em cadeia. Cimenteiras que dependiam dos resíduos da usina suspenderam a fabricação local, empresas de ônibus fretados diminuíram as frotas, serviços de alimentação foram reduzidos, o comércio perdeu vendas com o achatamento do poder aquisitivo da população.

O Cadastro de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (Caged) mostra que em 2015 foram fechados 3.563 postos na cidade, apenas 225 na indústria metalúrgica. Em 2016, o saldo de cortes subiu para 6.599, sendo 2.792 na metalurgia. O setor de serviços perdeu 1.609 postos.

Hoje, a oferta de vagas está restrita principalmente à mão de obra usada nas paradas técnicas de manutenção das instalações industriais. Além da Usiminas, o polo de Cubatão tem empresas que orbitam ao redor da refinaria da Petrobras Presidente Bernardes.

Constantino Soares esperava no Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) para ser entrevistado para disputar uma vaga de eletricista. O PAT faz a pré-seleção e envia a lista para as empresas, que devolvem com os classificados. "A falta de emprego é só a ponta do iceberg. Cubatão está um caos". O hospital municipal está fechado desde o fim de 2016, imagem que melhor encerra a sensação de abandono na cidade.

Segundo Júlio César, cujo último trabalho antes de ambulante foi como ajudante de pedreiro, há mais uma barreira para conseguir trabalho. "As empresas acham que aqui não há mão de obra qualificada e que cobramos mais". Manoel da Silva, outro na fila do PAT, diz que é falsa essa percepção. "Sabemos quanto o serviço custa."

Já se tornou célebre a máxima de que Cubatão é uma cidade rica com população pobre. Tem um dos maiores índices de arrecadação de ICMS do Estado e a menor renda média per capita entre as nove cidades da Baixada Santista: R\$ 689,21 em 2010, conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. A riqueza produzida pelas grandes indústrias não fica necessariamente no município.

"A população de menor renda e instrução foi atraída, e continua sendo, para manter os salários baixos, de outros lugares do Brasil para trabalhar na implantação civil das indústrias e em obras de apoio, passando a pressionar a estrutura da cidade com necessidades de moradia, escolas, serviços de saúde", disse a prefeitura por e-mail.

A Usiminas era uma das principais arrecadadoras de impostos. Em 2015 gerou R\$ 30 milhões de ISS, 20% do total. Já em 2016 recolheu só R\$ 8 milhões de R\$ 103 milhões de ISS. A suspensão das atividades da usina tem impacto ainda no valor adicionado, que será sentido pelo menos até 2019. Em 2015, era de R\$ 1,3 bilhão; em 2016, ficou em R\$ 287 milhões.

O consultor Rodolfo Amaral diz que a desindustrialização não começa nem termina com a Usiminas. "A queda do preço do barril do petróleo, por exemplo, refletiu no faturamento da refinaria, o que também prejudicou a cidade."

Em seu primeiro mandato, Ademário Oliveira tem um início de governo difícil. Enfrenta desde 28 de março uma greve de servidores contrários à reforma administrativa de adequação das contas públicas. A prefeitura diz que tem sofrido com a redução de arrecadação e a alta dos gastos e, por isso, está agindo em várias frentes. Tudo para colocar os pagamentos dos benefícios dos servidores em dia.

A reforma busca adaptar os benefícios à "realidade econômica pela qual passa o país". Para os servidores, é eufemismo para retirada de direitos, como a proposta

de redução de 100% para 50% do pagamento das férias - o trabalhador comum recebe 33% a mais.

Diretor da escola municipal Martim Afonso de Souza, Peter Maahs afirma que o pacote parece mais uma oportunidade de enxugar o Estado usando a narrativa da crise. Afirma, por exemplo, que o gasto com folha dos servidores não está subindo e, pelo menos desde 2014, está na faixa de 48%, abaixo de 51,3%, o limite prudencial pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e de 54%, o limite máximo. A prefeitura sustenta que são interpretações distintas, como a inclusão ou não nesse cálculo de valores devidos e não pagos - a exemplo de férias. Ainda, destaca que a arrecadação como um todo tem caído.

"O Estado mínimo já existe. Se o Estado está inchado é em algum lugar que não onde a população acessa. Funcionários da escola onde trabalho compram do próprio bolso papel higiênico. As crianças estão tendo o direito de ter educação de qualidade totalmente cerceado", diz Maahs.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Usiminas voltou a gerar lucro após dois anos e meio

Durante 30 meses, a Usiminas não conseguiu apresentar a seus investidores um balanço positivo. Foram dez trimestres consecutivos de prejuízo, uma perda acumulada de R\$ 4,1 bilhões - além do resultado próprio da companhia, causada por baixas contábeis e pela retração do mercado. Na última quinta-feira, dia 20, a empresa finalmente apresentou lucro líquido de R\$ 108,3 milhões, referente ao primeiro trimestre de 2017, e tem plano de conseguir manter esse patamar daqui para frente.

Em entrevista ao Valor, Sérgio Leite, presidente desde 23 de março, disse que no segundo trimestre é aguardado leve aumento de vendas - no Brasil e exterior -, ante o primeiro. Se conseguir manter os preços, a receita deve crescer, podendo repetir o resultado positivo. A empresa já vinha com ganhos do mercado brasileiro, mas o maior desafio é exatamente impedir que a importação roube espaço.

O problema é que, após seis reajustes em menos de um ano, o aço plano brasileiro ficou caro demais comparado ao estrangeiro. Contribuíram para isso a valorização do real e a queda dos preços lá fora. Leite confirma que atualmente o prêmio do produto nacional sobre o importado vai de 20% a 30%, nível que julga ser insustentável.

"O que anunciamos [de aumento de preços, iniciado em abril de 2016] já está implantado, com montadoras e a distribuição", afirmou. "Agora, vamos aguardar. Estamos analisando o quadro atual e não há nenhuma definição de desconto. Mas estamos sentindo essa pressão das distribuidoras."

No lado dos custos, apesar do solavanco que o carvão vai gerar nos gastos de produção daqui para frente - após os preços dispararem na Austrália -, é possível cortar mais, afirmou o executivo. "Onde é possível agir, há espaço para reduzir custo. Obviamente, é um trabalho agora mais longo, de pequenos ganhos sucessivos", disse. A empresa calcula que o custo de produção vá subir de 7% a 8% no segundo trimestre, perante o primeiro.

Em dois anos e meio no vermelho, a Usiminas foi comandada por três pessoas diferentes, em quatro mandatos - uma dança das cadeiras que ilustra a disputa societária entre Nippon Steel & Sumitomo Metal e Ternium/Techint. Julián Eguren ficou na empresa até 25 de setembro de 2014, quando foi trocado por Rômelo de Souza. Este foi substituído por Leite em 25 de maio de 2016, mas voltou por ordem da Justiça em 5 de outubro. Já no fim do primeiro trimestre, em 23 de março, Leite foi eleito outra vez, decisão pendente na Justiça.

No último ano, a siderúrgica conseguiu escapar de uma recuperação judicial. Para isso, renegociou suas dívidas, recebeu R\$ 1 bilhão de injeção de capital dos sócios e garantiu, em fevereiro de 2017, mais R\$ 700 milhões que estavam no caixa da Mineração Usiminas (Musa). O dinheiro deve entrar na Usiminas em maio.

O resultado do primeiro trimestre pode indicar uma guinada na Usiminas. Além de lucro, ela registrou Ebitda ajustado de R\$ 532,8 milhões, o maior também desde o segundo trimestre de 2014. Já a receita, de R\$ 2,35 bilhões, havia tido níveis semelhantes antes - quarto trimestre de 2015. "A sustentabilidade, agora, é o grande desafio", admite Leite, há um mês no cargo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Andre Ramalho

Título: SBM ainda aguarda homologação do acordo de leniência

Enquanto a Petrobras sinaliza com a intenção de afretar as plataformas dos novos projetos do pré-sal (Libra e Sépia), a SBM Offshore ainda aguarda a homologação do acordo de leniência, assinado pela holandesa em julho do ano passado com o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, para voltar a fornecer para a estatal. O diretor global de governança e compliance da SBM, Erik Lagendijk, reconhece que o aval do Ministério Público Federal (MPF) tem tomado mais tempo do que o esperado, mas que a empresa não trabalha com um plano B.

Segundo o executivo, o Brasil é - e continuará sendo - o principal mercado da multinacional.

"Não há porque temer isso [não ter o acordo de leniência homologado pelo MPF]. Acredito que não resolver o assunto seja uma opção. Infelizmente tem levado mais tempo, mas dentro do nosso cenário isso vai se resolver. Não posso imaginar que não vamos resolver", disse Lagendijk, em entrevista exclusiva ao Valor.

Em setembro, a Câmara de Combate à Corrupção do MPF decidiu não homologar o acordo de leniência da SBM e pediu a revisão dos termos. O órgão alegou que o acordo apresentava falhas - como a ausência de informações e elementos que possam contribuir para a investigação dos atos de improbidade administrativa.

O acordo encerrava as investigações em torno do esquema de repasse de propina a ex-funcionários da Petrobras. De acordo com o MPF, US\$ 42 milhões foram pagos em propina, entre 1997 e 2012, por meio de agentes comerciais, como Julio Faerman, para obtenção de informações privilegiadas nas licitações.

Pelo acordo de leniência firmado, a SBM se comprometeu a restituir US\$ 328 milhões à estatal - a partir do pagamento, em dinheiro, de US\$ 149,2 milhões, e pela redução de 95% em futuros pagamentos de bônus de performance relacionados aos contratos de afretamento e operação das plataformas. A SBM pagaria, ainda, US\$ 6,8 milhões ao MPF e US\$ 6,8 milhões ao Conselho de Controle das Atividades Financeiras (COAF).

De acordo com o MPF, US\$ 42 milhões foram pagos em propina, entre 1997 e 2012, por meio de agentes comerciais

Lagendijk conta que a SBM já fez "tudo o que podia fazer", ao compartilhar as informações solicitadas. Ele lembra que a companhia não tem controle sobre a agenda do MPF e que o assunto envolve muitas autoridades, mas que tem a expectativa de que "não demorará muito mais tempo" para que a leniência seja aprovada.

Desde a conclusão da integração das plataformas Cidade de Marica e Cidade de Saquarema - as últimas embarcações encomendadas pela Petrobras e entregues no ano passado - a SBM ficou sem novos projetos no Brasil - que responde por 58% das receitas globais da empresa. Em 2016, o mercado brasileiro gerou US\$ 1,323 bilhão.

Recentemente, o Estaleiro Brasa - uma joint venture entre a SBM e o Grupo Synergy - manifestou que se as obrigações de conteúdo local dos projetos de Libra e Sépia forem extintas as reservas de caixa do estaleiro serão consumidas antes mesmo do final do ano, obrigando o Brasa a fechar sua unidade em Niterói (RJ).

"Vivemos uma situação pouco clara. Podemos participar das licitações, mas não podemos vencer [assinar um contrato]. Queremos estar em novos negócios. Precisamos ser competitivos, isso é o que faz sentido para nós. Mas hoje não podemos ganhar. Se não podemos vencer, é difícil jogar", comenta Lagendijk.

Mesmo sem novos projetos, a SBM tem se esforçado para manter parte do pessoal qualificado, diante das expectativas de realização de rodadas anuais de áreas do pré-sal nos próximos anos. A empresa, segundo o diretor-geral da SBM no Brasil, Oliver Kassam, tem buscado alternativas para manter ativo o estaleiro - o efetivo da holandesa no país é de 400 empregados.

"Estamos de olho em outras oportunidades, fazendo serviços de reparo das próprias embarcações da SBM, serviços para a Petrobras e outras empresas", afirma o diretor-geral no Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes

Título: Amec critica AGO da Vale, que não elegeu minoritário

A expectativa de investidores de ver um minoritário independente eleito pela primeira vez ao conselho de administração da Vale não se confirmou. Acionistas presentes à Assembleia Geral Ordinária (AGO) da empresa, na quinta, não puderam votar com parte de suas ações por descumprirem exigências da lei da S.A - de acordo com argumentação da mineradora. Assim, não foi atingido quórum suficiente para eleger um minoritário para o conselho da empresa. O resultado foi considerado uma "decepção" pelo presidente da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec), Mauro Cunha.

"Houve decepção [com o resultado da assembleia da Vale] porque havia quatro candidatos [dos minoritários] e ninguém foi eleito. Quando colocamos essa situação no contexto do que está acontecendo, com o aumento no número de impugnações em assembleias, será que o poder discricionário das empresas sobre quem pode ou não votar está correto? Acho que não", disse Cunha.

A AGO da Vale começou cerca de duas horas depois do horário previsto, às 11h. A razão alegada pela empresa foi a demora no registro de todas as ações de fundos presentes. Ao fim do registro, porém, um representante de acionistas, o advogado Daniel Ferreira, ressaltou que cerca de um terço das ações que representava não foram aceitas para participação na assembleia. Segundo ele, o total de ações que deveria representar seria de 46 milhões de ordinárias e 180 milhões de preferenciais. Ele não disse quantas foram habilitadas.

O diretor jurídico da Vale, Clovis Torres disse que a empresa cumpriu o regulamento contido no edital. "Criar exceções para grupos que se apresentam na última hora e não cumprem a regra é que seria um erro de falta de governança".

Na quinta à noite, depois de receber questionamentos por parte de investidores, a Vale divulgou a ata da assembleia na qual apontou que não houve quórum para eleição de minoritários por ON e PN. Foram computados, segundo a Vale, 77.271.226 votos de detentores de ações ON e 295.429.410 dos donos de PN. Total de 372. 700.636.

A companhia não explicou porque não computou 675.627.071 de votos que se abstiveram, conforme mapa sintético consolidado que publicou. Não votaram nem nos candidatos dos controladores nem pela eleição de voto múltiplo. A terceira opção que existia era a de voto em separado (a qual nem constou do Boletim de Voto à Distância). Segundo um especialista no assunto, esses votos poderiam ter sido considerados como quórum para a eleição em separado. Todavia, a empresa os desprezou.

Cunha, da Amec, disse que a Vale poderia adotar o princípio da "boa fé" na análise da documentação, como outras empresas já fazem, ao invés de ficar pedindo todos os "carimbos" (documentos). Os investidores, por sua vez, terão que estar aptos a votar, afirmou. Ele também disse que é preciso pensar em aprimoramentos na regulação das empresas abertas. "Dada a importância da Vale e também considerando investidores que votam no Brasil há muito tempo o resultado da assembleia chama a uma reflexão sobre o que deve se fazer para a frente."

Na AGO, representante da Valepar, controladora da Vale, afirmou que vai se propor ao conselho de administração a realização de outra assembleia para escolher um conselheiro independente. O advogado Marcelo Gasparino, representante dos preferencialistas, não deve mais concorrer à vaga. A outra candidata é Sandra Guerra. (Colaborou Ivo Ribeiro, de São Paulo)

MME / ASCOM .